

- LXXVII -

POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA/ PB E A VALORIZAÇÃO DOCENTE

Valdegil Daniel de Assis (UFPB)
danielassis6@hotmail.com

Raquel do Nascimento Sabino (UFPB)
raquelsabino26@gmail.com

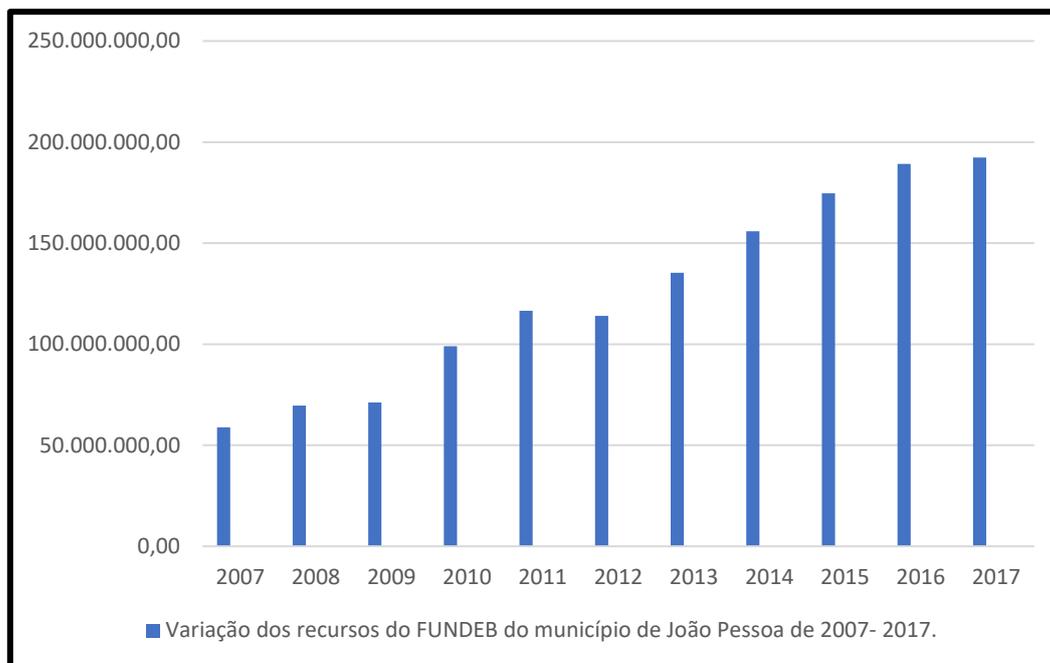
Luiz de Souza Junior (UFPB/ANPAE)
luizjunior@gmail.com

Este artigo trata-se de um recorte da dissertação de mestrado intitulada: *Valorização docente no município de João Pessoa: O papel do sindicato dos trabalhadores em educação* (2007-2017) e tem por objetivo fazer uma síntese das políticas de financiamento e remuneração docente na rede pública municipal de João Pessoa por meio do FUNDEB. Portanto, trataremos sobre as políticas de financiamento da educação no município de João Pessoa e sobre a valorização docente correspondente ao período de 2007 a 2017, a partir da análise da evolução salarial dos docentes no recorte temporal desse estudo e da apresentação de ganhos, avanços e/ou perdas. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental que possibilitou a partir das referências escolhidas, uma análise reflexiva dos temas abordados neste trabalho.

Para realizar a análise proposta acerca da evolução salarial de professores e professoras da rede municipal de ensino de João Pessoa, é necessário situar, ainda que de forma breve, as condições gerais de financiamento da educação a partir de 2007, ano em que foi criado o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), destinado a prover os recursos para toda a educação básica. Segundo a norma do FUNDEB, no mínimo 60% desses recursos devem ser aplicados na remuneração dos profissionais da educação.

Inicialmente, fazemos uma comparação de como se deu o comportamento dos recursos do FUNDEB em João Pessoa no período de 2007 a 2017. O gráfico abaixo mostra a evolução dos recursos do Fundo disponibilizados ao município:

Gráfico 1 - Variação dos recursos do FUNDEB do município de João Pessoa (2007-2017)



Fontes: STN (Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/estados_municipios/municipios). Site do banco do Brasil. (Disponível em: <https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bbx>). Gráfico elaborado pelo autor.

Os valores estão colocados em milhões de reais. Conforme se vê, a evolução se apresenta positiva até 2015, embora com algumas oscilações negativas. Em 2012, por exemplo, houve uma queda, muito provavelmente em decorrência da crise mundial de 2008/2009, que afetou a economia nacional, mas que, no Brasil, impactou as finanças públicas nos anos subsequentes. Observa-se, em suma, que nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), inicialmente com Lula da Silva e posteriormente com Dilma Rousseff, a curva manteve-se ascendente. A partir de 2016, esse crescimento é contido e praticamente estabiliza em 2017, já no governo de Michel Temer, que veio assumir após o golpe jurídico-midiático que impediu a continuidade do governo de Dilma Rousseff.

Em termos gerais, os recursos do FUNDEB, em João Pessoa, saltaram de 59 milhões de reais em 2007 para 192 milhões em 2017, um crescimento mais de 200% no período analisado. Considerando que pelas regras do FUNDEB, pelo menos 60% dos recursos devem ser aplicados para pagamento da remuneração dos profissionais da educação, é de se perguntar: como ocorreu essa aplicação, tendo como parâmetro o indexador da variação do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN)?

A tabela que se segue apresenta a evolução do reajuste do PSPN e da remuneração dos profissionais da educação do município de João Pessoa.

Tabela 1 - Percentuais de reajustes do piso e remuneração (2007 - 2017)

ANO	REAJUSTE DO PISO %	REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO %
2007	*	8,0
2008	*	8,05
2009	**	10
2010	7,68	10
2011	15,85	25,31
2012	22,22	35,61
2013	7,97	10
2014	8,32	8,32
2015	13,01	8,21
2016	11,36	0
2017	7,64	5

Fonte: Site do MEC. Tabela salarial dos profissionais do magistério em quadro efetivo do Município de João Pessoa – PB. Tabela elaborada pelo autor.

* Em 2007 e 2008 não havia Piso Salarial.

** 2009 foi o ano em que o Piso entrou em vigor, sendo estabelecido o valor de 950 reais como referência para cálculo dos anos subsequentes.

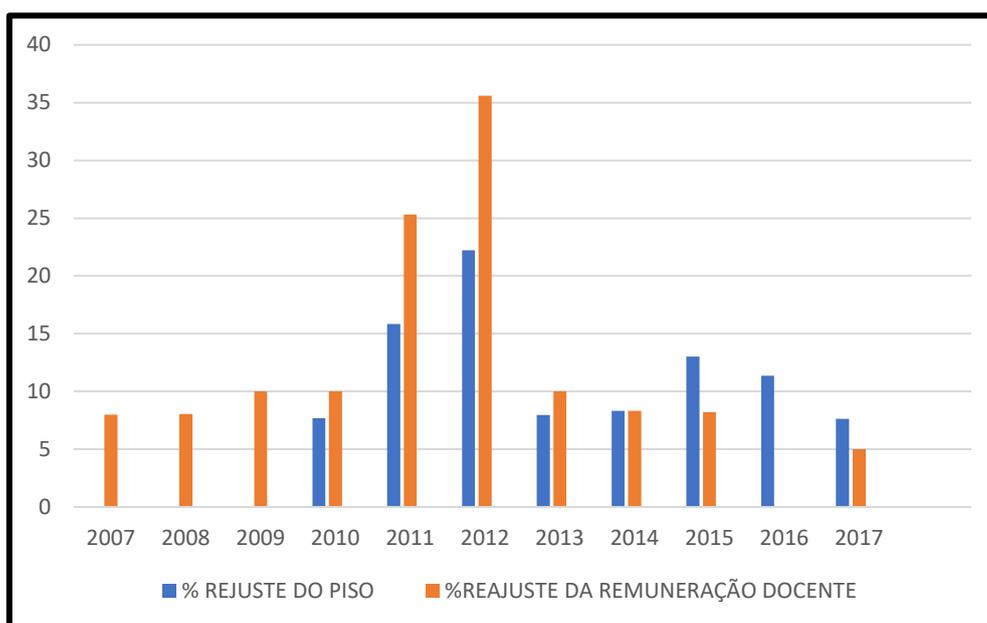
Vamos observar de 2010 até 2014, os reajustes foram iguais ou superiores ao PSPN, sendo que em 2011 e 2012, esses valores atingiram seus maiores percentuais. Em 2011, o reajuste do Piso foi de 15,85%, enquanto o reajuste da remuneração da carreira do magistério foi de 25,31%. Qual foi o fator preponderante para isso ocorrer? A entrada em vigor do

Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), Lei nº 060/2010, aprovado em 2010, mas que fora implantado nos contracheques no ano seguinte. Destaca-se que o Plano foi fruto de cobranças do sindicato docente. Em 2012, o reajuste do Piso foi de 22, 22%. Já a variação da remuneração de João Pessoa foi de 35,61, maior de que o Piso.

Esse reajuste foi interessante e se explica pelo fato de que, na época em que se conseguiu alterar a questão das horas atividades, a carga horária da categoria passou de 25 para 30 horas, o que resultou nesse substancial reajuste, o qual incide, ainda, na gratificação da docência, que também passou de 25 para 30%.

Merece destaque o fato de se trata de um reajuste para o nível inicial, para a classe inicial melhor dizendo. Contudo, visto que o PCCR do magistério é escalonado por titulação, os reajustes alcançam todos os níveis. O gráfico a seguir detalha as alterações do PSPN e da tabela do PCCR de João Pessoa de maneira mais didática:

Gráfico 2 - Reajuste do Piso e remuneração dos profissionais do magistério em quadro efetivo do município de João Pessoa (2007-2017)



Fonte: Site do MEC. Tabela salarial dos profissionais do magistério em quadro efetivo do Município de João Pessoa – PB. Gráfico elaborado pelo autor.

Em síntese, podemos concluir que entre os anos de 2010 a 2013, a categoria obteve reajustes superiores ao PSPN. Em 2014, o reajuste foi idêntico e, a partir de então, a política municipal foi de reajustes abaixo do Piso salarial nacional. Note-se que em 2016 o reajuste foi zero.

A despeito de lutas e movimentos que o Sindicato travou, é visível a mudança na política de valorização do magistério, sobretudo pela mudança no cenário nacional após o golpe jurídico-midiático. Portanto, em 2017, os salários da categoria foram estabelecidos no seguinte patamar:

Tabela 2 - Tabela de remuneração dos profissionais do magistério do município de João Pessoa ano de 2017

NIVEIS		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
ED. BÁSICA I e II									
CLASSE A	docência	1724,10	1724,10	1724,10	1724,10	1761,02	1813,82	1868,24	1924,29
NORMAL		517,23	517,23	517,23	517,23	528,31	544,15	560,47	577,28
2017 ABRIL ED. BAS. I									
		2241,33	2241,33	2241,33	2241,33	2289,33	2357,97	2428,71	2501,57
CLASSE B	docência	2086,28	2148,87	2213,35	2279,74	2348,13	2418,57	2491,13	2565,86
LICENCIADO		625,89	644,66	664,00	683,92	704,44	725,57	747,34	779,76
2017 ABRIL									
		2712,17	2793,53	2877,35	2963,66	3052,57	3144,14	3238,47	3345,62
CLASSE C	docência	2694,23	2775,05	2858,30	2944,07	3032,39	3123,36	3217,06	3313,57
ESPECIALIZAÇÃO		808,27	832,52	857,49	883,22	909,72	937,01	965,11	994,07
2017 ABRIL									
		3502,50	3607,57	3715,79	3827,29	3942,11	4060,37	4182,17	4307,64
CLASSE D	docência	3479,33	3583,72	3691,23	3801,96	3916,01	4033,49	4154,49	4279,12
MESTRADO		1043,80	1075,12	1107,37	1140,59	1174,80	1210,05	1246,34	1283,74
2017 ABRIL									
		4523,13	4658,84	4798,60	4942,55	5090,81	5243,54	5400,83	5562,86
CLASSE E	docência	4493,21	4628,00	4766,85	4909,86	5057,15	5208,86	5365,13	5526,08
DOCTORADO		1347,96	1388,4	1430,05	1472,96	1517,14	1562,66	1609,54	1657,82
2017 ABRIL									
		5841,17	6016,40	6196,90	6382,82	6574,29	6771,52	6974,67	7183,90

Fonte: Arquivo do SINTEM

Portanto, chegamos ao décimo ano de vigência do FUNDEB com uma tabela de remuneração que tem no primeiro nível da classe o equivalente ao valor nacional do PSPN, no vencimento básico, proporcional à carga horária de 30 horas. Contudo, esse valor é congelado para os três níveis seguintes, o que desvirtua a estrutura básica da carreira horizontal dessa classe.

Nas classes seguintes se mantém valores acima do piso salarial nacional de modo proporcional à carga horária de 30 horas. Há que se chamar a atenção que essas classes são ocupadas por graduados e pós-graduados e que constituem a ampla maioria da categoria.

Destaca-se que a progressão horizontal correspondente aos níveis da carreira encontra-se no momento estacionadas, o que representa entrave na efetivação da valorização para os docentes que estão há mais de três anos no mesmo nível.

CONCLUSÃO

Quanto à evolução salarial, viu-se que as garantias na legislação, juntamente com as ações do sindicato docente com vistas a efetivação dos direitos dos trabalhadores, resultaram em ganhos significativos na remuneração docente entre os anos de 2007 e 2014, principalmente de 2010 até 2014, com reajustes iguais ou superiores ao PSPN. Em contraponto, a partir de 2015 houve redução dos ganhos salariais em decorrência da crise econômica aliada à crise política nacional. A grande luta do momento, dos docentes do município de João Pessoa, além da reposição dos valores atualizados dos salários em relação ao índice do PSPN, é que se faça a regulamentação, através de normativo do Executivo, para tornar automática a mudança de níveis que corresponde à carreira horizontal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 11. 494/2007 (**Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**). Disponível em <http://www.planalto.gov.com.br>. Data de acesso em 24/08/2018.

_____. **Lei 11.738, de 16/07/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.com.br>. Data de acesso em 24/08/2018.

JOÃO PESSOA. Lei nº 060 de 29/03/2010. **Plano de Cargos Carreira e Remuneração dos Profissionais de Educação do Município de João Pessoa**.